NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

- (i) Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações , pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
- (ii) Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada, e todas as demais informações financeiras são apresentadas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam.
- (iii) Demonstração do Valor Adicionado Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada de acordo com o requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- (iv) Aprovação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2020.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

- Consolidação das demonstrações contábeis A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da sua controlada "FULLMETAL Indústria e Comércio S.A.", conforme descrito na Nota explicativa nº 8, considerando os seguintes principais critérios:
- (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas;
- (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; e
- **(c)** eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Os investimentos nesta empresa controlada estão registrados nas demonstrações contábeis individuais da controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

• Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Estimativas para perdas em crédito

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Avaliados com base no menor entre o custo de aquisição e produção e o valor líquido realizável, ajustado por eventuais perdas, quando aplicável.

• Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

Investimentos

O investimento em empresa controlada é reconhecido inicialmente pelo seu custo e posteriormente, ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

• Imposto de renda e contribuição social

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 12.

• Provisão para contingências

É atualizada até a data do balanço pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

• Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que

seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

• Uso de estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.3. Novas normas e interpretações contábeis vigentes

Foram emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme demonstrado abaixo:

a) IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento – Essa norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo das arrendatárias reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: a) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e b) contrato com valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. A Companhia não mantém contratos de arrendamento mercantil nem financeiro.

b) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22) - A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações contábeis após o início de sua vigência em 01 de janeiro de 2019.

2.4. Normas emitidas e ainda não vigentes

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios.

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para definir uma combinação de negócios, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientação para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material.

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para esclarecer a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas. A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros.

Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia está avaliando os impactos dessa alteração nas suas demonstrações contábeis.

2.5. Reapresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em consonância com o CPC 23-Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1)-Apresentação das demonstrações contábeis, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão reapresentados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes de erros na provisão para o IRPJ e na CSLL na controlada Fullmetal , consequentemente, nos cálculos da equivalência patrimonial apurados.

a) Balanço Patrimonial em 31.12.2018. (em Reais)

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

		Retificação	
	Publicado	de erro	Reapresentado
Ativo Circulante Ativo não Circulante:	44.485.665		44.485.665
Depósitos, títulos e valores	293.891		293.891
Investimentos em controladas	2.751.367	(1.168.899)	1.582.468
Outros Investimentos	467.417		467.417
Imobilizado	10.499.437		10.499.437
	14.012.112	(1.168.899)	12.843.213
Total do Ativo	58.497.777	(1.168.899)	57.328.878
Passivo Circulante	23.147.530		23.147.530
Passivo não Circulante	112.192.103		112.192.103
Patrimônio líquido:			
Capital Social Realizado	10.353.000		10.353.000
Reservas de Capital	39.175		39.175
Reservas de Reavaliação	8.571.048	1 100 000	8.571.048
Prejuízos acumulados	(95.805.079)	1.168.899	(96.973.978)
Total de Bassins	(76.841.856)	1.168.899	(78.010.755)
Total do Passivo	58.497.777	1.168.899	57.328.878
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS			
		Retificação	
	Publicado	de erro	Reapresentado
Ativo Circulante	47.308.241		47.308.241
Ativo não Circulante:			
Depósitos, títulos e valores	293.891		293.891
Investimentos	467.417		467.417
Imobilizado	10.665.329		10.665.329
	11.426.637		11.426.637
Total do Ativo	58.734.878		58.734.878
Passivo Circulante			
Fornecedores	1.130.370		1.130.370
Empréstimos e Financiamentos	19.714.850		19.714.850
Obrigações Tributárias	722.834	1.168.899	1.891.733
Programa de Recup. Fiscal -REFIS	240.972	1.100.000	240.972
Obrigações c/pessoal e encargos	493.942		493.942
Provpara Férias	882.563		882.563
Outras Obrigações	199.100		199.100
. 3	23.384.631	1.168.899	24.553.530
Passivo não Circulante	112.192.103		112.192.103

Patrimônio líquido:

Total do Passivo	58.734.878		58.734.878
	(76.841.856)	(1.168.899)	(78.010.755)
Prejuízos acumulados	(95.805.079)	(1.168.899)	(96.973.978)
Reservas de Reavaliação	8.571.048		8.571.048
Reservas de Capital	39.175		39.175
Capital Social Realizado	10.353.000		10.353.000

b) Demonstrativo do Resultado do exercício em 31.12.2018.

Controladora

		Retificação	
	Publicado	de erro	Reapresentado
Receita Operacional	16.302.125		16.302.125
Custos e Despesas Operacionais	(23.624.083)		(23.624.083)
Receita de Equivalência Patrimonial	5.454.734	(1.168.899)	4.285.835
Outras Receitas Operacionais	9.330.673		9.330.673
Resultado Financeiro	(1.354.711)		(1.354.711)
Imp.de Renda e CSLL	(143.150)		(143.150)
Lucro líquido do exercício	5.965.588	(1.168.899)	4.796.689
<u>Consolidado</u>			
	Publicado	Retificação de erro	Reapresentado
Receita Operacional	22.911.397		22.911.397
Custos e Despesas Operacionais	(25.370.209)		(25.370.209)
Outras Receitas Operacionais	9.335.504		9.335.504
Resultado Financeiro	(355.548)		(355.548)
Imp.de Renda e CSLL	(555.556)	(1.168.899)	(1.724.455)
Lucro líquido do exercício	5.965.588	(1.168.899)	4.796.689

3. RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 , apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, e da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica. Da mesma forma, a Administração da Companhia permanece alerta a eventual surgimento de novos diplomas legais que possam oportunizar condição de viabilidade mais interessante do que aquelas consignadas na lei 9.964/2000.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consoli	dado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos:	6.872	23.813	6.883	24.374
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	25.856.843	25.459.276	35.469.561	34.541.437
Contas de Poupança (b)	3.041	2.864	3.041	2.864
Total	25.866.756	25.485.953	35.479.485	34.568.675

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Controladora Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	3.538.319 (149.471)	3.479.562 (149.471)	5.237.632 (257.863)	5.646.103 (257.863)
Total	3.388.848	3.330.091	4.979.769	5.388.240
Abertura por idade e vencimento:	Controla	adora	Conso	lidado
A vencer Vencidos até 30 dias Vencidos de 31 a 60 dias Vencidos de 61 a 90 dias Vencidos acima de 91 dias	2.881.202 105.135 9.047 10.346 532.589	2.765.974 110.397 15.994 14.487 572.710	4.275.898 221.570 12.386 24.248 703.530	4.612.700 244.123 17.200 14.487 757.593
Total	3.538.319	3.479.562	5.237.632	5.646.103

6. ESTOQUES

	Control	Controladora		idado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Produtos acabados	799.371	1.016.668	799.371	1.016.668
Produtos em elaboração	1.149.055	977.320	1.280.466	1.091.505
Matérias Primas	1.279.150	2.500.472	1.284.914	2.501.915
Materiais de Consumo	40.384	62.164	40.384	62.164
Adiantamento a fornecedores	126	794	126	794
Importações em andamento	81.424	224.336	81.424	224.336
Total	3.349.510	4.781.754	3.486.685	4.897.382

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Control	adora	Consol	idado
	31.12.2019 31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	959.496 231.891	999.593 851.604	959.496 231.962	999.593 1.297.033
Total	1.191.387	1.851.197	1.191.458	2.296.626

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	
		Reapresentado
	31.12.2019	31.12.2018
Totais de ativos e Passivos	11.466.117	11.870.720
Total de Receitas	12.660.562	13.903.846
Lucro do Exercício	3.993.796	4.285.835
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	2.020.898	1.582.468
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	2.020.898	1.582.468
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011 Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos	20.000	20.000
distribuídos/recebidos)	1.996.898	1.558.468
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018	2.020.898	1.582.468

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota explicativa na divulgação da Controladora (BR GAAP).

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transa	Transações		
	Receita de venda de	Receita de venda de		
	produtos	produtos		
	31.12.2019	31.12.2018		
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	6.617.887	6.456.001		

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

10. OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

11. IMOBILIZADO

	Controladora				
Natureza		31/12//2019		31/12/2018	
		Depreciação			Taxa de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	Depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	13.684.965	11.639.130	2.045.835	1.627.182	4%
Equipamentos	20.321.892	14.469.899	5.851.993	6.162.451	10%
Instalações	1.364.269	1.050.037	314.232	355.689	10%
Móveis e utensílios	721.858	659.203	62.655	84.427	10%
Equipamentos de processamento de dados	739.929	704.563	35.366	37.370	20%
Ferramentas e utensílios Técnicos	2.890.198	2.753.903	136.295	90.389	20%
Veículos	219.311	111.358	107.953	46.775	20%
Imobilizações em curso	544.264	-	544.264	937.766	-
	41.644.074	31.388.093	10.255.981	10.499.437	

			Consolidado			
Natureza	31/12/2019			31/12/2018		
		Depreciação			Taxa de	
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	depreciação	
Terrenos	1.157.388	_	1.157.388	1.157.388	-	
Edifícios e construções	13.684.965	11.639.130	2.045.835	1.627.182	4%	
Equipamentos	20.772.810	14.800.605	5.972.205	6.327.755	10%	
Instalações	1.364.269	1.050.037	314.232	355.689	10%	
Móveis e utensílios	723.075	659.953	63.122	85.015	10%	
Equipamentos de Processamento de dados	739.929	704.563	35.366	37.370	20%	
Ferramentas e utensílios Técnicos	2.890.198	2.753.903	136.295	90.389	20%	
Veículos	219.311	111.358	107.953	46.775	20%	
Imobilizações em curso	544.264	-	544.264	937.766	-	
	42.096.209	31.719.549	10.376.660	10.665.329	•	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2019 31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	10.499.437	8.908.106	10.665.329	9.119.212
Adições	1.366.624	3.459.046	1.366.624	3.459.046
Baixas	(-)	(301.452)	(-)	(301.452)
Depreciação	(1.610.080)	(1.566.263)	(1.655.293)	(1.611.477)
Saldo no fim do exercício	10.255.981	10.499.437	10.376.660	10.665.329

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Líquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora e Consolidado

	31.12.2019	31.12.2018	
Bancos Privados	20.374.496	19.679.231	а
Banco do Brasil S/A	<u>18.119.934</u>	<u>24.213.727</u>	b
	38.494.430	43.892.958	
Parcelas de curto prazo	(20.397.115)	(19.714.850)	
	18.097.315	24.178.108	

a) empréstimos contratados com, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e

atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com última parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais clausulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.056.288.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Controladora

		31.12.2019		31.12.2018
	Circulanta			
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	491.869 97.745 329	1.584.095	2.075.964 97.745 329	2.506.628 134.443 217
	589.943	1.584.095	2.174.038	2.641.288
		Consolidado		
		31.12.2019		31.12.2018- reapresentado
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	516.881	1.584.095	2.100.976	2.534.648
IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	307.986 329	714.730	1.022.716 329	1.378.239 217
	825.196	2.298.825	3.124.021	3.913.104

14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

Controladora

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	
Atualização pela TJLP até dezembro de 2018	53.305.730
Pagamentos efetuados até dezembro de 2018	(6.123.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.527.250
Atualização pela TJLP em 2019	2.238.652
Pagamentos efetuados em 2019	(255.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.510.320
Menos - Circulante	(255.582)
Não circulante	87.254.738

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	
Na esfera Cível Total da provisão para contingências Depósitos judiciais	1.985.827 1.985.827 (1.985.827)	1.976.661 1.976.661 (1.976.661)	
Provisão para contingências, líquida	(1.903.027)	(1.970.001)	

Movimentação das adições e baixas.

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2019 31/12/2018		31/122019	31/12/2018	
Saldo no início do exercício	1.976.661	2.054.862	1.976.661	2.054.862	
Adições	9.166	8.836	9.166	8.836	
Baixas	(-)	(87.037)	(-)	(87.037)	
Saldo no fim do exercício	1.985.827	1.976.661	1.985.827	1.976.661	

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 , as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018		
Na esfera Cível	564.541	422.840		
	564.541	422.840		

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (reapresentado)	2.504.245	4.939.839	
Equivalência Patrimonial (reapresentado)	(3.993.797))	(4.285.835)	
Outras Adições/exclusões permanentes	49.380	48.305	
Resultado Fiscal antes da compensação de prejuízos fiscais	(1.440.172)	702.309	
(-) Prejuízo fiscal compensável	(-)	(210.693)	
Lucro Real/Prejuízo Fiscal		491.616	
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	73.742	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	25.162	
Contribuição social à alíquota de 9%	<u>-</u>	44.246	
Despesa de imposto de renda e contribuição social		143.150	
·			

	Consolidado		
	31.12.2019 (
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	391.420	1.724.455	

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 25.639 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, consequentemente, do Patrimônio líquido negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

17. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 de 2018, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos.

O Capital Social está distribuído conforme segue:

				Qde.	Total das ações		%
Acionistas físicas	domiciliados	no	País - pessoas	3.140	4.616.133	•	38,79
Acionistas jurídicas	domiciliados	no	País - pessoas	23	7.283.867		61,21
Total				3.163	11.900.000	•	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

18. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 — Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos <u>lucros básico por ação:</u>

		2019		•		2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação no início do			_	•			
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000		3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do							
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	=	3.966.667	7.933.333	11.900.000

	Controladora		
	31.12.2019	31.12.2018 - reapresentado	
Lucro no final do exercício	2.504.245	4.796.689	
Média ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro por ação básico	0,210441	0,403083	

19. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 possuem a seguinte composição:

-	Controlad	lora	Conso	olidado
-	31.12.2019	31.12.2019 31.12.2018		31.12.2018
Receita bruta de Vendas (-) Impostos incidentes s/vendas (-) Abatimentos e Devoluções Receita Liquida de Vendas	21.746.508 (3.712.365) (244.574) 17.789.569	19.901.846 (3.308.593) (291.128) 16.302.125	28.776.994 (4.679.322) (546.080) 23.551.592	27.849.389 (4.270.441) (667.551) 22.911.397

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas e custos por função		_		-
Custo dos produtos vendidos	17.823.164	17.821.223	18.421.221	18.537.739
Despesas operacionais	6.091.779	5.802.860	7.151.732	6.832.470
	23.914.943	23.624.083	25.572.953	25.370.209
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	8.661.330	8.757.101	8.849.778	9.042.276
Despesas com pessoal e encargos	8.828.310	8.479.118	9.191.315	8.861.532
Despesas de aluguéis e correlatos	4.370	3.064	54.770	53.464
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	754.247	496.837	773.811	532.069
Despesas de depreciação e				
amortização	1.610.080	1.566.263	1.655.293	1.611.477
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	-	-	-	-
Outras despesas	4.056.606	4.331.700	5.047.986	5.269.391
	23.914.943	23.634.083	25.572.953	25.370.209

21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2019, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 80 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2019, igual limite até o exercício de 2018 e estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos parceiras: Juros sobre empréstimos (702.777) (625.971) (702.777) (625.971) Despesas bancárias (28.751) (30.283) (31.840) (33.302) Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos Variação Cambial Passiva (34.527) - (34.527) - (34.527) - Outras (728) (12.818) (1.398) (15.713) (3.021.429) (3.668.823) (3.196.578) (3.674.737) Secritor of the passiva (3.196.578) (3.674.737) Secritor of the passiva (3.196.578) (3.674.737) Secritor of the passiva (3.196.578) (3.196.578) Secritor of the passiva (3.196.5791) Secritor of the passiva (3.196.5791) Secritor of the		Controladora		Consol	Consolidado	
Juros sobre empréstimos (702.777) (625.971) (702.777) (625.971) Despesas bancárias (28.751) (30.283) (31.840) (33.302) Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos (2.254.646) (2.999.751) (2.426.036) (2.999.751) Variação Cambial Passiva (34.527) - (34.527) - <td></td> <td>31.12.2019</td> <td>31.12.2018</td> <td>31.12.2019</td> <td>3112.2018</td>		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	3112.2018	
Despesas bancárias (28.751) (30.283) (31.840) (33.302) Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos (2.254.646) (2.999.751) (2.426.036) (2.999.751) Variação Cambial Passiva (34.527) -						
Despesas bancárias (28.751) (30.283) (31.840) (33.302) Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos (2.254.646) (2.999.751) (2.426.036) (2.999.751) Variação Cambial Passiva (34.527) -	empréstimos	(702.777)	(625.971)	(702.777)	(625.971)	
fiscais LP e s/tributos Variação Cambial Passiva (2.254.646) (2.999.751) (2.426.036) (2.999.751) Outras (34.527) - (34.527) - <t< td=""><td>Despesas bancárias</td><td>`(28.751)</td><td>(30.283)</td><td></td><td></td></t<>	Despesas bancárias	`(28.751)	(30.283)			
Passiva Outras (34.527) (728) (12.818) (13.98) (15.713) - (34.527) (13.98) (15.713) - (34.527) (13.98) (15.713) - (34.527) (15.713)	fiscais LP e s/tributos	(2.254.646)	(2.999.751)	(2.426.036)	(2.999.751)	
Outras (728) (12.818) (1.398) (15.713) (3.021.429) (3.668.823) (3.196.578) (3.674.737) Receitas financeiras: Aplicações financeiras 1.299.837 2.227.051 1.741.023 3.219.914 Variação Cambial Ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Descontos obtidos Juros ativos 1.118 2.264 1.495 6.250 Juros ativos 33.146 43.753 47.298 51.981 1.349.667 2.314.112 1.805.382 3.319.189 Variação cambial: Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	3	(34.527)	-	(34.527)	-)	
Receitas financeiras: Aplicações financeiras 1.299.837 2.227.051 1.741.023 3.219.914 Variação Cambial Ativa 15.566 41.044 Descontos obtidos Juros ativos 1.118 2.264 43.753 47.298 51.981 1.349.667 2.314.112 Variação cambial: Variação cambial ativa Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	Outras	(728)	(12.818)	(1.398)	(15.713 <u>)</u>	
Aplicações financeiras 1.299.837 2.227.051 1.741.023 3.219.914 Variação Cambial Ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Descontos obtidos 1.118 2.264 1.495 6.250 Juros ativos 33.146 43.753 47.298 51.981 1.349.667 2.314.112 1.805.382 3.319.189 Variação cambial: Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -		(3.021.429)	(3.668.823)	(3.196.578)	(3.674.737)	
Ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Descontos obtidos 1.118 2.264 1.495 6.250 Juros ativos 33.146 43.753 47.298 51.981 1.349.667 2.314.112 1.805.382 3.319.189 Variação cambial: Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	Aplicações financeiras	1.299.837	2.227.051	1.741.023	3.219.914	
Descontos obtidos Juros ativos 1.118 2.264 1.495 33.146 43.753 47.298 51.981 1.349.667 2.314.112 Variação cambial: Variação cambial ativa Variação cambial passiva 15.566 41.044 15.566 41.044 15.566 41.044		15.566	41.044	15.566	41.044	
1.349.667 2.314.112 1.805.382 3.319.189 Variação cambial: Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	Descontos obtidos	1.118	2.264	1.495	6.250	
Variação cambial: Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	Juros ativos	33.146	43.753	47.298	51.981	
Variação cambial ativa 15.566 41.044 15.566 41.044 Variação cambial (34.527) - (34.527) -	•	1.349.667	2.314.112	1.805.382	3.319.189	
Variação cambial passiva (34.527) - (34.527) -	Variação cambial	45.500	44 044	45.500	41.044	
passiva (34.527) - (34.527) -		15.566	41.044	15.566	41.044	
(18.961) 41.044 (18.961) 41.044	3	(34.527)	_	(34.527)		
		(18.961)	41.044	(18.961)	41.044	

23. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são assim contratadas:

	31.12.2019	31.12.2018
Responsabilidade civil	1.380.000	2.840.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	25.610.000	20.777.000
Veículos	117.055	139.024
	27.107.055	23.756.024

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

A recuperação das instalações atingidas nos sinistros de 15 de abril e de 01 de julho de 2018, seja na parte da construção civil, seja de máquinas, equipamentos, instalações elétricas e benfeitorias, foram totalmente executadas com recursos próprios do caixa da Companhia, estando atualmente em sede de apuração final do valor a ser indenizado pela seguradora conforme contrato vigente.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuou nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivalem, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

A política de risco está sob a gestão do Conselho de Administração, que define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificáveis como aceitáveis pela Administração. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.